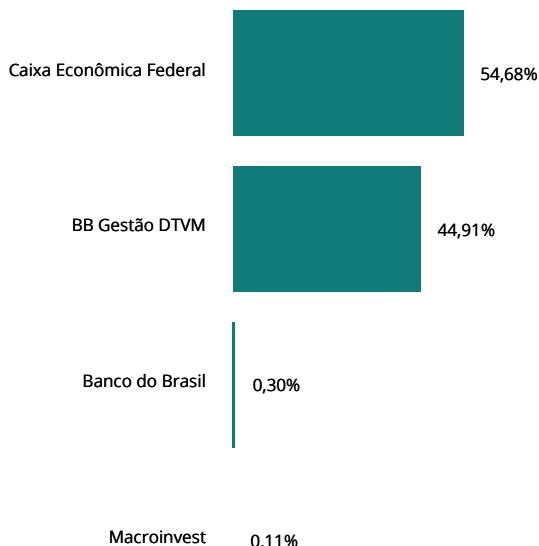


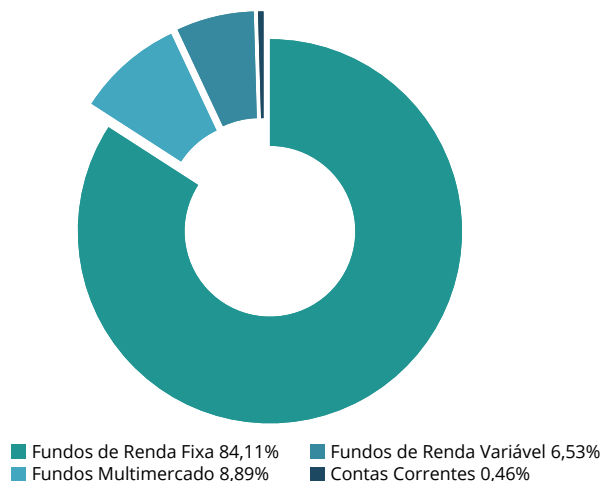
**IPREANCARLOS**

Os recursos do IPREANCARLOS são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

**DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**



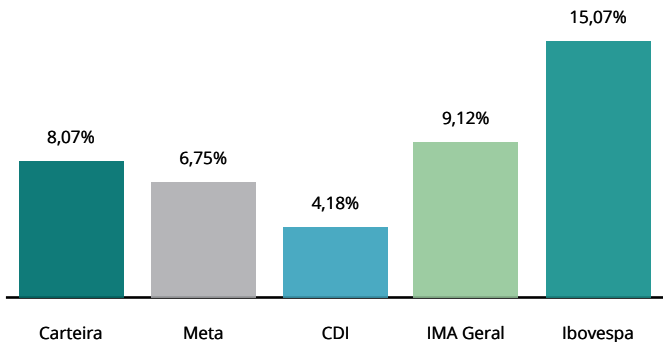
**DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO**



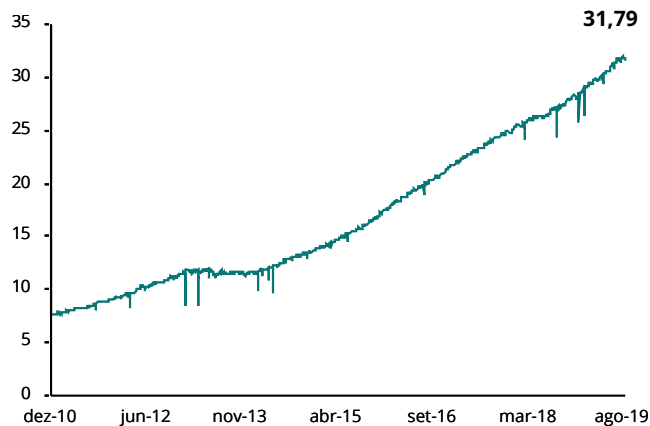
**HISTÓRICO DE RENTABILIDADE**

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
<b>IPREANCARLOS</b>	0,29%	8,07%	11,97%
<b>META ATUARIAL INPC + 6 %</b>	0,61%	6,75%	9,44%
<b>CDI</b>	0,50%	4,18%	6,25%
<b>IMA GERAL</b>	0,16%	9,12%	16,06%
<b>IBOVESPA</b>	-0,67%	15,07%	32,74%

**CARTEIRA X INDICADORES EM 2019**



**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)**



## IPREANCARLOS

O mês de agosto foi marcado pela aprovação da Reforma da Previdência em segundo turno na Câmara dos Deputados, cujo texto base teve placar de 370 votos favoráveis e 124 contrários. Com rejeição de oito destaques, os parlamentares mantiveram o texto que foi aprovado em primeiro turno, o que representaria uma economia de R\$ 933,5 bilhões nas despesas previdenciárias em 10 anos.

Com a aprovação do texto pela Câmara, a reforma seguiu para análise no Senado, sob os cuidados do relator Tasso Jereissati (PSDB-CE). Jereissati retirou da reforma o critério de renda para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e suprimiu o item que elevava a idade e tempo de contribuição para trabalhadores que lidam com atividades prejudiciais à saúde, como mineiros. Tais alterações acabaram diminuindo a economia da reforma em R\$ 31 bilhões.

Uma perda adicional de R\$ 67 bilhões pode ocorrer, caso o Congresso aprove outras sugestões de Jereissati para abrandar pontos já acatados pelos deputados. Para compensar a perda de receita, o relator prometeu um aumento de arrecadação de R\$ 115 bilhões, com medidas como cobrança previdenciária obrigatória de entidades filantrópicas e o fim da isenção previdenciária nas exportações. A expectativa é de que a proposta seja votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado no início de setembro, e que os senadores concluam a votação em dois turnos em outubro.

Agosto contou também com aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da cessão onerosa e permite a divisão dos recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal com Estados e Municípios. É esperado que a matéria vá a voto no início de setembro e, devido às modificações, passe por nova análise na Câmara dos Deputados.

Sobre a agenda econômica do governo, a MP da Liberdade Econômica foi aprovada na Câmara e no Senado. A medida tem como principal objetivo desburocratizar o ambiente de negócios do país, na medida em que estabelece, entre outros pontos, normas de proteção à livre iniciativa e diversas mudanças na legislação trabalhista. Já o pacote de privatizações, que inicialmente previa a oferta de 17 companhias estatais, foi anunciado com apenas 9, sendo elas: ABGF, Emga, Serpro, Dataprev, Ceagesp, Codesp, Ceitec, Telebrás e Correios.

Ainda no cenário político, o mês de agosto trouxe aumento nas pressões sobre o governo brasileiro no que diz respeito ao meio ambiente. A questão das queimadas e da preservação da floresta amazônica mobilizou autoridades mundiais e causou indisposição, principalmente entre o governo brasileiro e o governo francês. O assunto foi, inclusive, discutido no encontro do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo) no final do mês.

Com relação à atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou variação positiva de 0,4% na comparação do segundo contra o primeiro trimestre de 2019, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. O resultado veio acima das expectativas de mercado, que viam alta de 0,2%. Nessa base de comparação, a maior alta foi na Indústria (0,7%), seguida de Serviços (0,3%). A agropecuária apresentou variação negativa de 0,4%. Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo (3,2%) e a Despesa de Consumo das Famílias (0,3%) tiveram variação positiva. Já a despesa de Consumo do Governo (-1,0%) recuou em relação ao trimestre imediatamente anterior. No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços registraram contração de 1,6%, enquanto as Importações cresceram 1,0%.

Na comparação com igual período de 2018, houve crescimento do PIB de 1,0% no segundo trimestre do ano. O valor também veio acima da expectativa de mercado, que era de 0,8%. Das atividades, a Agropecuária registrou variação positiva de 0,4%, enquanto a Indústria teve expansão de 0,3%, e o setor de serviços cresceu 1,2%. Do lado da demanda, o Consumo das Famílias (1,6%) e a Formação Bruta de Capital Fixo (5,2%) apontam resultados positivos no trimestre, e o Consumo do Governo (-0,7%) registrou queda. Quanto ao setor externo, as Exportações e as Importações cresceram 1,8% e 4,7%, respectivamente.

Já com relação aos preços, o IGP-M, calculado pela FGV, caiu 0,67% em agosto, após ter crescido 0,40% no mês anterior e frente à expectativa de -0,60%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 4,09% no ano e de 4,95% nos últimos 12 meses. O IPCA apresentou variação de 0,11%, abaixo dos 0,19% registrados em julho, e em linha com as expectativas de mercado. Em 12 meses o índice subiu para 3,43%, acima dos 3,22% registrados anteriormente. Em agosto de 2018, a taxa foi de -0,09%.

No mercado financeiro, a bolsa fechou agosto com 101.134 pontos, com queda de 0,67% em comparação com o fechamento do mês anterior. O dólar comercial, por sua vez, encerrou o mês com alta de 8,5%, cotado a R\$ 4,14.

## IPREANCARLOS

No cenário Internacional, o mês de agosto foi marcado pela volta das tensões comerciais entre Estados Unidos e China. Donald Trump surpreendeu a todos ao impor tarifa de 10% sobre US\$ 300 bilhões de importações americanas daquele país. As medidas estão previstas para entrar em vigor em setembro, e a Casa Branca ameaçou elevar a alíquota para 25% caso a China não aumente suas importações de produtos agrícolas americanos. O governo chinês contra-atacou enfraquecendo sua moeda ao nível mais baixo em uma década (o que aumenta as exportações do país), e pediu que as estatais suspendessem as importações de produtos agrícolas dos EUA. Apesar do aumento das tensões, o mês terminou com o Ministério do Comércio da China afirmando que Pequim e Washington permanecem em “efetiva comunicação” sobre a disputa comercial em andamento. Entretanto, as novas negociações marcadas para setembro permanecem incertas.

Ainda sobre os EUA, o crescimento do país desacelerou no segundo trimestre mais do que o inicialmente anunciado. O PIB ajustado pela inflação cresceu a uma taxa anualizada de 2%, em linha com as estimativas dos analistas, mas ligeiramente abaixo da taxa de 2,1% inicialmente reportada. Já o consumo das famílias apresentou crescimento de 3,1%, ante 2,9% estimado anteriormente. A revisão do crescimento do PIB refletiu estimativas mais baixas de exportações, estoques, investimentos residenciais e gastos dos governos estaduais e locais.

Na China, a produção industrial subiu 4,8% em julho em relação ao mesmo mês do ano passado, mas desacelerando se comparada ao aumento de 6,3% visto em junho. A alta de julho ficou abaixo da previsão dos analistas, que esperavam crescimento de 5,9%. As vendas no varejo, por sua vez, subiram 7,6% em julho, frente o mesmo mês do ano anterior, mas abaixo da mediana das previsões (8,5%). Já o investimento em ativos fixos cresceu 5,7% na mesma base de comparação, abaixo do crescimento de junho (5,8%) e das expectativas de mercado (5,9%).

Com a desaceleração da economia, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, órgão estatal de planejamento, aprovou 12 projetos de infraestrutura com investimento estimado em US\$ 10 bilhões, em uma tentativa de impulsionar o crescimento econômico do país. Além disso, a Comissão anunciou que Pequim irá lançar um plano para impulsionar a renda disponível da população em 2019 e 2020. Por fim, o Banco Central da China apresentou uma importante reforma dos juros para ajudar a reduzir os custos de empréstimos para empresas e sustentar a economia.

Na zona do euro, o mês de agosto foi marcado por diversas instabilidades. Na Itália, o primeiro-ministro Giuseppe Conte renunciou. Um dos vices primeiros-ministros, por sua vez, pediu eleições gerais antecipadas, afirmando que o governo de coalizão é impraticável. A incerteza soma-se aos seus problemas fiscais, à medida que se esforça para conter a segunda maior dívida pública da Europa, menor apenas do que a da Grécia.

Já no Reino Unido, o novo primeiro-ministro, Boris Johnson, suspendeu as atividades do Parlamento por cinco semanas. A medida tem como objetivo reduzir o tempo disponível para os deputados aprovarem legislação para impedir que o governo avance com uma saída abrupta da União Europeia.

Com relação aos indicadores, a inflação na Zona do Euro foi de 1,0% em agosto, segundo dados preliminares. O resultado foi igual ao observado no mês anterior, e veio em linha com as expectativas de mercado. As taxas de elevações de preços em julho e agosto são as mais baixas desde novembro de 2016, e estão bem inferiores à meta de inflação do Banco Central Europeu (BCE). O núcleo de inflação, que retira da conta alimentos não processados e energia (ambos mais voláteis) e mais monitorado pelo BCE em termos de decisões de política monetária, ficou estável em 1,1% em agosto. O indicador reforça as expectativas de flexibilização monetária pelo Banco Central Europeu (BCE) no próximo mês.

Por fim, um fator que gerou instabilidade nos mercados emergentes durante o mês de agosto, foi a prévia das eleições presidenciais na Argentina, que provocou pânico no mercado financeiro do país e levou o Merval (principal índice da Bolsa de Buenos Aires) a cair 37,9% no dia. O atual presidente, Mauricio Macri, ficou com 32,37% dos votos, enquanto o opositor, Alberto Fernández, teve 47,23%. O vencedor da prévia é o candidato escolhido pela senadora e ex-presidente Cristina Kirchner, que é vice na chapa e responde a processos na Justiça por corrupção.

Tal conjuntura fez o dólar disparar e levou o Banco Central da Argentina a aumentar a taxa de juros em dez pontos percentuais, para 74%. No final do mês, o governo propôs ao FMI que se inicie o diálogo para rever os vencimentos da dívida com a instituição, com intuito de controlar o quadro de instabilidade local, estendendo os vencimentos de dívida de curto prazo para investidores institucionais, como bancos e seguradoras, enquanto mantém os pagamentos a pessoas físicas. Em outras palavras, o governo decretou moratória aos credores institucionais externos e tenta renegociar a dívida com o FMI.